

TRAJETÓRIA, HISTÓRIA E IDENTIDADE NEGRA: ELEMENTOS DE CONSTITUIÇÃO DA PEDAGOGIA INTERÉTNICA EM SALVADOR¹

Ivan Costa Lima²

RESUMO

Nesse trabalho buscou-se resgatar o processo de constituição da Pedagogia Interétnica (PI), desenvolvida por uma organização do Movimento Social Negro, denominada Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (NCAB), constituído na década de 70 do século XX, em Salvador, Bahia. A finalidade deste estudo foi discutir os processos políticos e sociais que levaram à construção da PI, buscando-se apresentar os pressupostos que nortearam a estruturação desta proposta pedagógica.

Palavras-chave: Movimento Negro; negro e educação; relações raciais e educação.

INTRODUÇÃO

No processo de elaboração desta pesquisa, respeitando os limites temporais e acadêmicos, procuramos dar visibilidade a um conhecimento produzido pelo Movimento Negro (daqui em diante MN) ao longo de sua trajetória histórica e cultural. Portanto, as considerações apresentadas não devem ser tomadas como prontas e acabadas, tendo em vista que a dinâmica social está, a todo o momento, submetida a novas análises e reformulações.

Com isso, entendemos que este trabalho suscitará novos questionamentos e reflexões que podem contribuir de forma relevante para a sociedade e para a história da educação brasileira no debate das relações raciais, assim como compreender que o processo educacional da população negra brasileira está imerso na luta por uma educação democrática e de qualidade social.

Gostaríamos de ressaltar que essa investigação relaciona-se com nossa trajetória acadêmica, que busca compreender e explicar os diferentes projetos educativos que se configuram na diversidade das práticas dos movimentos sociais no Brasil, em especial, a trajetória do MN; como também, pelas reflexões concebidas por nossa vivência no Movimento Social Negro, como integrante do Programa de Educação do Núcleo de Estudos Negros (NEN), entidade do movimento negro de Florianópolis, Santa Catarina, nos últimos 20 anos.

A preocupação norteadora deste trabalho foi procurar identificar o alcance do debate travado durante as décadas de 70 e 80 do século XX, referente à organização de uma proposta pedagógi-

1 Dissertação de mestrado defendida em junho de 2004, com o título: *Uma proposta pedagógica do Movimento Negro no Brasil: pedagogia interétnica, uma ação de combate ao racismo, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), orientada pela professora doutora Olga Celestina Durand. É a síntese do relatório final do 3º Concurso de Dotações para Pesquisa Negro e Educação, promovido pela ANPED e Ação Educativa, com patrocínio da Fundação Ford, orientado pela professora doutora Vânia Beatriz Monteiro/UFSC.*

2 Doutorando em Educação/Universidade Federal do Ceará (UFC), da linha de Movimentos Sociais, sob a orientação do professor doutor Henrique Cunha Junior. Membro do Núcleo Brasileiro, Latino Americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais (N'BLAC), da UFC - Juazeiro do Norte. Membro fundador do Núcleo de Estudos Negros (NEN), entidade do movimento negro de Florianópolis/SC. E-mail: dofono@superig.com.br.

ca nos espaços educativos, a partir da emergência de novas formas coletivas da sociedade civil, como de mulheres, ecológicas, comunitárias, em especial do MN.

Neste caso, tomamos como referência uma das entidades deste movimento, situada em Salvador, o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (NCAB), num momento de questionamento da ditadura militar vigente. A premissa aqui foi a de que esta organização pode de fato ser tomada como uma expressão da luta anti-racista no Brasil, principalmente pelo fato de seus participantes serem autores e atores políticos relevantes desse debate de organização do MN e de formulação de uma proposta pedagógica de combate ao racismo nos espaços educacionais.

Para tanto, sistematizamos as informações a partir dos depoimentos e de documentos relativos à história do processo de construção do MN baiano, da organização do NCAB, da estruturação da Pedagogia Interétnica (PI) e de sua difusão e socialização nos espaços educacionais, levantando questões que indicam as perspectivas e possíveis contradições nestas experiências.

Com isso, efetuamos entrevistas na cidade de Salvador, em janeiro e setembro de 2003, tendo como interlocutores³: Manoel de Almeida Cruz (1950-2004), sociólogo, um dos fundadores do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (NCAB) e o principal formulador da Pedagogia Interétnica; Geruza Bispo dos Santos, pedagoga, trabalhou como coordenadora pedagógica na Escola Criativa Olodum e na implementação da PI, no período de 1993 a 1997; Lino Almeida, sociólogo, um dos fundadores do Movimento Negro Unificado (MNU) na Bahia. Começou a militância originalmente na Sociedade Male Cultura e Arte Negra e posteriormente integrou o NCAB; Jônatas C. da Silva, literato, atuou desde 1978 no MNU, primeiramente em São Paulo e depois na Bahia. É diretor e coordenador do projeto de extensão pedagógica do Ilê Aiyê; Ana Célia da Silva é professora da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), fundadora do MNU/BA, responsável pela formação no projeto de extensão pedagógica do Ilê Aiyê; Raimunda Rodrigues Pedro, pedagoga, professora e ex-diretora da Escola Municipal Alexandrina dos Santos Pita, que implementou a PI em 1984.

Os entrevistados foram selecionados a partir de uma opção metodológica, que considerou a indicação dos próprios interlocutores daqueles que consideravam os participantes privilegiados deste momento de luta social. São estes interlocutores, agentes determinados pela experiência de concepção do MN e de uma proposta pedagógica anti-racista, que contribuiram no registro e na compreensão da trajetória histórica e da identidade organizativa do MN baiano.

MOVIMENTOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E AS RELAÇÕES RACIAIS

Na medida em que alguns estudos acerca da Educação Popular apresentam os embates do ponto de vista das relações de classe, colocamos como argumento que estas relações constituem apenas um pólo e que, portanto, é necessária uma análise que dê atenção particular às relações raciais, pois, no nosso entender, vive-se em uma sociedade estruturada segundo estas categorias de raça e classe, reciprocamente relacionadas.

A discussão que trazemos é no sentido de contribuir para o âmbito da pesquisa educacional com categorias de análises pouco trabalhadas, principalmente sobre a trajetória político-pedagógica de organizações do MN e como se relacionam com as noções de nação, cultura e identidade. Percebe-

³ Para mais detalhes, ver Lima (2004).

se que a cultura política e a identidade como valores socialmente concebidos são categorias conceituais fundamentais para compreendermos o *ethos* da formação da sociedade brasileira.

Outro referencial diz respeito à idéia de educação. A perspectiva que se aponta no caso da população negra é considerar, como vários outros pesquisadores, que esta idéia não se restringe apenas à escolarização. Segundo Gonçalves (2000, p.335), na sua análise da situação educacional dos negros:

Colocaremos, aqui, o acento nos processos de educação para a cidadania. Foi por meio deles que os negros brasileiros aprenderam a lutar contra o preconceito e a discriminação raciais, incluindo em seu ideário reivindicações que visavam romper com o abandono exigindo direitos sociais e iguais oportunidades de educação e trabalho.

Assim, o MN, numa perspectiva de rediscutir o território da educação, trouxe não somente reivindicações, mas também problematizações teóricas e ênfases específicas (GOMES, 1997). A referida autora aponta as contribuições a partir do ponto de vista do próprio MN para a educação brasileira. A primeira contribuição refere-se à denúncia de que a escola reproduz o racismo presente na sociedade. A segunda é a participação dos negros para o pensamento educacional brasileiro, vinculada à ênfase no processo de resistência negra. A terceira está ligada à centralidade da cultura. A quarta contribuição diz respeito à existência de identidades diferentes, discutindo o caráter homogeneizador da escola brasileira.

Neste sentido, o desconhecimento, na sociedade e na história da educação brasileira, de proposta pedagógica desenvolvida pelo MN no Brasil, nos sistemas de ensino, apresenta-se como um problema a ser superado. Com este trabalho, procuramos cobrir a ausência de temas que contextualizem propostas de intervenção do MN, em pesquisas no campo acadêmico. Cunha Júnior (1999, p. 22) aponta que os temas mais trabalhados em pesquisas universitárias envolvendo educação e afro-descendentes⁴ são: “sala de aula, currículo (explícito e oculto) e relações étnicas e de poder no espaço escolar”. Existe, portanto, uma lacuna sobre as propostas educativas formuladas pelo MN.

Ao mesmo tempo, recolocar na história educacional outro marco, não só aquele que quando discute as experiências de educação popular se referem apenas às práticas desenvolvidas por Paulo Freire⁵, quando haveria outras, como discute Romão (1997, p. 31) onde: “um fato a se considerar é que enquanto as propostas pedagógicas de Paulo Freire foram assumidas e massificadas pelas esquerdas e pela Igreja, o mesmo não ocorreu com as propostas do Movimento Negro”.

Ressaltamos que as propostas pedagógicas desenvolvidas pelo MN, no início da retomada dos movimentos populares na década de 1970, são estratégias de continuidade de uma trajetória de luta e de resistência do povo negro que remonta aos quilombos, nos terreiros, nas irmandades, nos grupos, associações, imprensa negra, até as organizações atuais do MN, influenciadas por lutas ini-

4 Este conceito é formulado pelo autor e tem como base comum as diversas etnias e nações de origem africanas; não é único e se preocupa com os graus de mesclas interétnicas no Brasil. Estas etnias são diversas e não se constituem de fenótipos, ou em conceitos biológicos filtrados por elaboração em torno da idéia de raça. Nesta pesquisa utilizamos “negros” para identificar os descendentes de africanos, haja vista sua utilização histórica em contraposição às idéias raciais baseadas em condicionantes biológicos. Como salientam Pereira e White (2001, p. 259): “A palavra negro expressa a noção de identidade assumida e, ao mesmo tempo, procura subverter os significados negativos associados a ela desde o período escravista”.

5 O trabalho de Freire não aborda diretamente as relações raciais, mas o racismo foi duramente condenado por ele, como aponta McLaren (1999), principalmente a partir do desenvolvimento de programa de alfabetização em vários países africanos, nos anos 1970.

ciadas já na década de 1960. Este decênio marcou um período de intensas transformações, entre os quais temos os movimentos de independência das antigas colônias européias (FANON, 1979), a continuação dos movimentos dos direitos civis nos Estados Unidos, os movimentos de contracultura, o movimento feminista, a liberação sexual e as lutas contra a ditadura no Brasil.

Na década de 1970, no campo da educação têm-se como marcos, entre outros: Paulo Freire e a sua “pedagogia do oprimido”, Louis Althusser e a ideologia e os aparelhos de Estado, Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron, com a teoria da reprodução.

Neste contexto, é necessário evidenciar-se a luta do MN, já que, segundo Doimo (1995), até os anos 1960, nos estudos efetuados sobre os movimentos sociais, remetia-se como assunto, ao movimento dos trabalhadores, com corte de classe. Tem-se, contrariamente a esta situação, o surgimento, já no início do século XX, de jornais escritos por negros, notadamente em São Paulo, que desempenharam funções educativas na denúncia do racismo e da violência policial.

Esta mobilização contribuiu na constituição de um movimento político, a Frente Negra Brasileira (FNB)⁶, transformada em partido político em 1936 e dissolvida em 1937 pelo governo Vargas, quando foram proibidos de atuar os partidos políticos. Além de seu caráter político, a FNB criou uma escola primária, buscando dar conta da tarefa que a escola oficial não propiciava (ROMÃO, 1999).

Entre as décadas de 1940 e 1960, tem-se a atuação do Teatro Experimental do Negro/TEN, sob a liderança de Abdias do Nascimento⁷, que articulava participação política, artística e educacional (GONÇALVES, 1998; BENTO, 1998).

Estes marcos significativos para a história do MN são complementados por outras formas de organização e resistência, interrompidas com o golpe militar de 1964. Nos anos 70 do século XX, novo impulso é dado pelo surgimento do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNCDR)⁸, em 1978, na cidade de São Paulo.

A emergência do ressurgimento dos movimentos sociais e, em especial, a do MN, significou a recriação da sociedade civil e a expansão do território da política. Sob este enfoque, Winant (1994, p. 124) escreve que: “[...] o ascenso negro foi uma combinação de dois fatores: *a reemergência da sociedade civil*, que necessariamente abriu território político para a iniciativa do movimento social, e *a politização das identidades raciais sobre este território*”.

Paralelamente, na área da educação, começaram a surgir iniciativas de desenvolvimento de projetos educativos que buscam discutir as desigualdades raciais e oferecer opções numa perspectiva anti-racista. Assim, aponta-se esse campo como uma das políticas públicas indispensáveis para a organização dos setores marginalizados.

Ao mesmo tempo, os estudos apresentados por cientistas sociais, educadores e militantes do MN indicam a profunda marginalização dos setores populares e, em especial, dos negros. Desta forma, para além da denúncia do racismo e das desigualdades raciais perpetuadas historicamente nos sistemas de ensino, o MN elaborou propostas pedagógicas e de intervenção, em contraposição a um cotidiano singular e etnocêntrico nos espaços educacionais.

6 A este respeito ver Leite (1992).

7 Abdias do Nascimento é artista, professor, escritor, foi senador pelo Estado do Rio de Janeiro em 1997, e é autor de vários livros na luta contra o racismo no Brasil.

8 Para detalhes da constituição deste movimento, ver Cardoso (2002), MNU (1988).

Entre as várias iniciativas, aponta-se a elaboração de pedagogias. Em 1978, a Pedagogia Interétnica do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, em Salvador, estruturou-se levando em consideração tanto o negro, quanto o índio.

Mais adiante, em 1986, desenvolveu-se a Pedagogia Multirracial, por Maria José Lopes, no Rio de Janeiro, que se referencia a PI, e argumenta que:

[...] a escola deve deixar de ser o espaço e negação dos saberes para enfatizar a afirmação da diferença, num processo em que os indivíduos e grupos sejam aceitos e valorizados pelas suas singularidades, ao invés de buscar a igualdade pela tentativa de anulação e inferiorização das diferenças (LOPES, 1997a, p. 25).

Em 2000, registra-se a proposta desenvolvida em Santa Catarina, pelo Programa de Educação do NEN, intitulada Pedagogia Multirracial e Popular, que, além de se basear nas concepções apresentadas pela proposta do Rio de Janeiro, procura incluir as práticas educativas que se desenvolvem em outros tempos e espaços, para além da escola – como, por exemplo, os movimentos sociais (PASSOS, 2002).

SALVADOR A ROMA NEGRA: MOBILIZAÇÃO E IDENTIDADE RACIAL

A expressão “Roma Negra” foi usada por uma sacerdotisa de candomblé, mãe Aninha, fundadora da comunidade-terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, em Salvador, e apresentada pela primeira vez no livro *A cidade das mulheres*, de Ruth Landes (LUZ, 2000). Tal expressão denota como a cidade de Salvador constitui referência quando se fala em cultura de matriz africana no Brasil.

Na “Roma Negra” a década de 1970 foi quando se definiu realmente uma política governamental de cultura e turismo, mantendo-se a vertente africana como uma marca de afirmação do ser baiano, alicerçado pelo candomblé e outras manifestações da cultura afro-brasileira como elementos significativos para a introdução de uma indústria do turismo, diferentemente das décadas anteriores em que as manifestações de origem africana eram vistas como carregadas de incivilidade (BACELAR, 2003).

Para confirmar esta distinção, autor aponta alguns fatos que demonstram o interesse das estruturas oficiais de poder em relação ao candomblé, entre os quais se destaca o fim da exigência, em 1976, do registro policial das casas de cultos afro-brasileiros.

Podemos dizer que foi se caracterizando um novo enfoque oficial sobre o significado da cultura negra, corroborando a existência em Salvador de uma verdadeira “democracia racial” a partir do reconhecimento de uma cultura baseada na africanidade.

Se, um por um lado, esta preocupação em valorizar a cultura baiana possibilitou maior legitimidade da cultura afro-brasileira, auxiliando a sua preservação, por outro lado, serviu de mecanismo para manter os negros à margem do controle social e econômico desta produção.

A década de 1970 marcou o aparecimento de organizações que iriam aliar a característica cultural a uma preocupação de cunho mais político e ideológico, na qual temas como identidade, revoltas negras, entre outros, que até então estavam diluídos, apareceram e começaram a dar outra configuração ao debate das relações raciais.

Para Bacelar (2003), esses novos grupos são influenciados por vários fatores, um deles pela constituição de blocos de índios⁹, pela influência da moda representada pelo grupo *Jackson Five*, e

da grande influencia do *Black Soul*. Do ponto de vista político, havia o movimento dos panteras negras, figuras como Martin Luther King, Malcom X, Ângela Davis nos Estados Unidos, assim como, tomava-se conhecimento da existência de fortes movimentos de resistência popular contra o colonialismo nos países africanos, como Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Ao mesmo tempo, junto com a mobilização de caráter mais político, evidencia-se o fato de que a tomada de uma consciência racial se estabelece, também, segundo a fala dos entrevistados, pela percepção de que esta identidade é elaborada em outros espaços, como a família, a escola, e a inserção social em grupos, como bem observa Menezes (2003, p. 5):

[...] a construção de identidades pode ser entendida como um processo político de construção de elo de ligação entre pessoas no sentido de formar um grupo de solidariedade onde às mesmas se sintam incluídas, até por um processo de afirmar-se como pessoa, diferente, mas, igualmente, ente político, interlocutor de um “outro”.

Neste sentido, se insere o debate das relações raciais e da concepção da identidade indiretamente na percepção do espaço familiar:

Minha família, meu pai e minha mãe comentavam o seguinte: quando eles viam um médico negro eles achavam que eram mais capazes do que os médicos brancos, porque eles pelo fato de serem negros, já era um fator que impedia a ascensão acadêmica, intelectual e social daquele sujeito, pelo fato de ser negro, então eles teriam que estudar mais do que o médico branco, então eles achavam que o negro, quando se formava, era mais competente do que o branco, eu ouvia sempre este discurso por parte de meu pai e minha mãe em casa... (assim) O que mobilizou foi justamente essa informação que nos tínhamos através das nossas leituras e a própria discriminação que nos sofríamos na sociedade, a partir de nossas verificações empíricas e existenciais...(Manoel).

Em outros momentos, a inserção ou uma identificação num determinado grupo contribuiu nesta percepção:

[...] a minha descoberta de ser negro, no meu caso, meu, do meu grupo especificamente, que foi o primeiro grupo negro na Bahia a reivindicar politicamente espaço da comunidade negra, a lutar politicamente contra o racismo, a definir claramente qual é a cara desse país e a cara desse Estado, se deu inicialmente a partir do corpo (Lino).

Ou como diz outra entrevistada, a partir do reconhecimento de elementos culturais negros:

[...] mas eu não tinha uma consciência, até quando eu saí da universidade, comecei em 68, comecei ensinar em 70, eu não tinha nenhuma consciência da questão de negritude, uma coisa assim dispersa, sabia que eu era negra, que era discriminada, mas eu não dizia assim, eu sou negra, eu assumia a questão de parda, mulata, eu não dizia assim, eu sou negra, eu não tinha essa vivência. Até que eu vi o Ilê Aiyê, foi a primeira vez que eu tomei uma defesa em relação aos negros...(Ana Célia).

9 Segundo Godi, membro de uma geração de negros que integrou a Escola de Teatro, na década de 1970 e fundou a entidade *Palmares Inaron* (Bacelar, 2003), indica que os blocos de índios tinham como expressão o samba, além de desenvolverem temas ligados à cultura afro-brasileira. Informa ainda que a denominação de “índios” era dada aos moradores de bairros populares, de predominância negra, tendo vigência, muito antes do aparecimento dos blocos entre as classes médias baianas.

Encontramos nesta mobilização racial uma tensão entre as organizações culturais que negociavam com o Estado para sua expressão, e as críticas desferidas por entidades que entendiam esta relação como uma cooptação da cultura afro-brasileira e manipulada pelos órgãos oficiais. Esta tensão, segundo nota Barcelos (1996), é recorrente na trajetória de construção do MN:

É bem verdade que os espaços de “cultura negra” têm sido reclamados para fins políticos, e várias organizações têm uma presença dupla, às vezes ambígua, nas duas esferas. Mas a clivagem cultural-política perpassa a literatura, bem como parece ser um elemento chave na compreensão do Movimento Negro contemporâneo (p. 201).

Para melhor entender, analisamos no decorrer da pesquisa, que estas duas componentes, o cultural e o político, buscaram estabelecer projetos diferenciados, mas não excludentes na luta anti-racista, pois:

“Certamente, o Movimento Negro recorre à mensagem cultural para a mobilização de consenso; correlatamente, organizações culturais desenvolvem um trabalho de conscientização política. A estratégia parece ser reforçar a diferença com base nos fatores culturais, e assim viabilizar um projeto político específico da comunidade negra” (BARCELOS, 1996, p. 202).

Com isso, para além de solucionar estas tensões e conciliações, fica evidente, como tentamos mostrar neste trabalho, a necessidade de novos estudos que possam contribuir em demonstrar como as dimensões política e cultural se cruzam na prática do MN.

Fica evidente nas várias falas que o sentimento de busca de uma identidade negra sucede por várias formas de descoberta do ser negro, que, iniciada por percepção, passa a constituir em ato político.

Ressaltamos como um dado importante nesta luta social o pensamento e a trajetória de duas personagens que apareceram nos depoimentos concedidos e indicados na maioria da bibliografia do debate das relações raciais no Brasil: Abdias do Nascimento e Lélia Gonzalez¹⁰.

Como se nota, este conjunto de fatores e posturas contribuiu na criação de grupos alternativos para combater as desigualdades até então percebidas, como o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (1974), a Sociedade Male Cultura e Arte Negra (1975), o Grupo de Teatro Palmares Inaron (s/d), dos blocos afros, como Ilê Aiyê (1974), Male Debalê entre outros.

Toda esta movimentação político-cultural e identitária, no entanto, não se deu sem conflitos, sendo estabelecida nesta mobilização racial uma tensão entre as organizações culturais, que negociavam com o Estado para sua expressão, e as críticas desferidas por entidades que entendiam esta relação como uma cooptação da cultura afro-brasileira e manipulada pelos órgãos oficiais. Esta tensão, segundo nota Barcelos (1996, p. 201), é recorrente na trajetória de constituição do MN:

É bem verdade que os espaços de “cultura negra” têm sido reclamados para fins políticos, e várias organizações têm uma presença dupla, às vezes ambígua, nas duas esferas. Mas a clivagem cultural-política perpassa a literatura, bem como parece ser um elemento chave na compreensão do Movimento Negro contemporâneo.

¹⁰ Sobre estas duas personagens, consultar Viana e Gomes (2003).

Temos como ação inicial do questionamento do papel da cultura diante os agentes do Estado, o surgimento do bloco afro Ilê Aiyê, fundado em 1974, com a perspectiva de problematizar a ideologia dominante (SILVA, 1988).

Posteriormente, essas e várias outras mobilizações criaram o caldo para o surgimento, em 1978, do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), a partir da manifestação na cidade de São Paulo, que, entre outras questões, teciam críticas à forma como a cultura afro-brasileira era manipulada e cooptada pelo poder vigente.

O NÚCLEO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO E A PEDAGOGIA INTERÉTNICA

A partir dessa configuração, surgiu o NCAB, em 1º de agosto de 1974, numa perspectiva de ação política voltada para o questionamento da situação dos negros em Salvador, num espaço e numa perspectiva de intervenção diferenciados da criação do Ilê Aiyê. Foi desta forma que a imprensa local noticiou o seu surgimento:

Com o objetivo de estudar, pesquisar e difundir a cultura afro-brasileira, de maneira menos acadêmica e sem vínculos religiosos, um grupo de onze jovens acaba de criar o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, com sede provisória no Instituto Cultural Brasil-Alemanha. A curto prazo, pretende a entidade implantar um curso de Yorubá – língua ainda falada em alguns Terreiros de Candomblé da cidade. A longo prazo, estudos do processo de integração do negro na sociedade brasileira” (*Diário de Notícias*, 1/8/1974).

A perspectiva do NCAB, como organização de tipo novo, era insurgir-se contra a ideologia do mito da democracia racial e estabelecer uma releitura da herança africana, buscando se diferenciar do que os setores hegemônicos da sociedade baiana e da academia entendiam sobre a cultura afro-brasileira. Assim, a idéia de ser “menos acadêmico”, como se refere a nota do jornal, estava ligada à percepção de seus integrantes da necessidade de uma nova interpretação da cultura – “ao contrário dos chamados grupos de dança negra simples manifestações folclóricas distorcidas, prontas para turista ver e consumir” (*Tribuna da Bahia*, 15/12/1975) – da sociedade e da história do negro a partir da existência de uma intelectualidade no sentido de reafirmar de outra forma a contribuição do negro na sociedade brasileira.

Esta postura alicerçou-se pela via da pesquisa e da elaboração de um conhecimento científico sobre a história e a cultura que desembocaria na constituição de uma proposta pedagógica.

A concepção da Pedagogia Interétnica se deu pelo processo de acúmulos dos vários seminários, cursos e encontros, entre outras ações promovidas pelo NCAB, tendo como aporte diversas áreas das Ciências Sociais.

Das ações constituídas pelo NCAB, destaca-se uma pesquisa sobre o preconceito racial contra o negro desenvolvida na cidade de Salvador, no ano de 1975. Esta buscou afirmar o viés acadêmico perseguido pelo NCAB, a fim de reafirmar a existência de um pensamento próprio acerca das relações raciais, em Salvador.

No campo educacional, como resultado dessas discussões, realizou-se o I Seminário Experimental sobre Educação Interétnica¹¹, em 1979, onde se apresentou como subsídio os resultados da pesquisa sobre preconceito racial contra o negro.

Era assim que o NCAB justificava a necessidade de elaboração e o debate, via realização do primeiro seminário, de “um sistema de educação interétnica”, pensada primeiramente como uma disciplina que “[...] deve, sobretudo estar integralmente calcada, inspirada para a nossa realidade sócio-cultural, política e econômica, e dentro de uma concepção científica, dialética e conjuntural, que permita a compreensão do nosso mundo, sem perder de vista as estruturas que oprimem o homem” (*folder do Seminário*).

Estas reflexões foram temas centrais no Seminário, levando seus participantes a delinearem o que seria o sustentáculo, dali em diante, da proposta pedagógica do NCAB, definida por um sistema que se estrutura em cinco aspectos.

- Psicológico – estuda os complexos de inferioridade da pessoa negra, o de superioridade da pessoa branca e o processo de auto-rejeição do negro, além de indicar medidas teóricas e práticas de caráter psicoterapêutico, visando à mudança de atitudes preconceituosas contra o negro em nossa sociedade.
- Histórico – investiga as raízes históricas do preconceito racial e os fatores que levaram este ou aquele grupo étnico a se desenvolver mais do que outro, além de propor uma revisão crítica da historiografia do negro brasileiro.
- Sociológico – estuda a situação socioeconômica do negro em nossa sociedade, investigando as causas histórico-sociológicas que determinaram a sua marginalização na estrutura social estabelecida.
- Axiológico – discute a dominação a partir da imposição de valores estéticos, filosóficos e religiosos de um povo sobre outro e, assim, fornece subsídios para corrigir essas distorções provocadas pela dominação dos valores ocidentais sobre os demais grupos étnicos do País e no Mundo.
- Antropobiológico – analisa as “teorias” pseudocientíficas da superioridade racial, desmistificando-as de acordo com as pesquisas da Antropologia atual.

Em 1980, aconteceu o 2º Seminário de Educação Interétnica¹², inferindo-se que nesse momento delineou-se a idéia de pedagogia pela percepção de uma necessidade de operacionalização, ou seja, a formulação de métodos e procedimentos que dessem resposta à prática educativa, superando-se a concepção mais ampla que seus idealizadores viam inscrita na idéia de educação. A PI assim se definiu:

A pedagogia interétnica tem como objetivo fundamental o estudo e a pesquisa do etnocentrismo, do preconceito racial e do racismo transmitidos pelo processo de socialização ou educacional (família, comunicação, escola, sociedade global e meios de comunicação social), além de indicar medidas educativas para combater os referidos fenômenos (CRUZ, 1989, p. 51).

11 O documento a que tivemos acesso é o programa do Seminário, no qual se apresenta uma proposta de educação interétnica, prefaciado de considerações acerca do conceito de racismo e preconceito racial, assim como dos cinco pontos que subsidiaram esta proposta e que foram os temas centrais do evento.

12 Deste Seminário não se teve acesso a nenhum documento original, mas ele é citado por Manoel no artigo apresentado ao *Caderno Afro-Asiático* (1983), e no livro de sua autoria, de 1989.

Essa percepção era reforçada, haja vista este seminário ter como resultado prático a criação de uma comissão¹³ encarregada de elaborar um programa escolar¹⁴ fundamentado na cultura negra que fosse aplicado em curto prazo no ensino pré-escolar e em longo prazo no 1º e no 2º graus (CRUZ, 1989).

A atuação do NCAB culminou com o lançamento do livro *Alternativas para combater o racismo*: um estudo sobre o preconceito racial e o racismo, uma proposta de intervenção científica para eliminá-los, em 1989, escrito e editado por Manoel de Almeida Cruz.

Essa obra sistematizou os referenciais teóricos da PI e aglutinou o que já havia sido desenvolvido nos seminários anteriores e na divulgação da proposta pedagógica em vários encontros pelo Brasil. Aqui a PI ampliou-se e desenvolveu considerações tanto sobre o negro quanto acerca do índio.

A obra estrutura-se em dois blocos: o primeiro conceitua os usos, sentidos e estudos realizados até este período sobre as idéias de raça, preconceito, discriminação, etnia e cultura – aqui se atualiza o debate destas categorias à luz das Ciências Sociais, principalmente a Sociologia e a Antropologia. Tecem-se críticas ao caráter biológico da noção de raça a ao seu uso, como destituído de fundamento científico. A etnia se apresenta como uma categoria capaz de se sobrepor a estas interpretações e de abarcar os conceitos de raça e cultura; o segundo bloco apresenta-se, sistematicamente, como se estrutura a PI, a partir da utilização de procedimentos e métodos¹⁵, assim esquematizados:

- Dos métodos de pesquisa sobre o preconceito e o racismo - sociológico; análise da linguagem ordinária; semiológico.
- Dos métodos operacionais - curricular, etnodramático e comunicação total.
- Dos procedimentos metodológicos - etnofenomenológico e dialético.

Ainda na obra se aponta a importância da luta dos movimentos sociais, com especial atenção à questão do índio e do negro, e indicam-se legislações e propostas para a constituição de um currículo interétnico.

A partir da leitura da obra, dos documentos e falas, interessava-se expressar como a utilização de vários campos contribuiu para o estudo das relações raciais no Brasil e quais referenciais teóricos fundamentaram essa elaboração. Com isso, no depoimento de Manoel encontram-se como elementos para a estruturação da PI: a Psicologia Social de Allport¹⁶, o educador Paulo Freire, a Sociologia de Guerreiro Ramos, as propostas políticas de Abdias do Nascimento, de Franz Fanon, e um conjunto de teorias como do marxismo, a fenomenologia de Husserl, a Filosofia da Linguagem, entre outras.

De posse desses elementos podemos analisar a PI como uma elaboração eminentemente sociológica, que contribuiu na crítica da constituição de raça como fator biológico. Ao se apropriar do conceito de etnia, enfatiza-se seu caráter mais abrangente ao não se referir somente às caracterís-

13 A comissão era integrada por Lino Almeida, Nelson Rigaud e Eduardo Batista.

14 Cruz (1989, p. 85) aponta como programa: música afro-brasileira; dança afro-brasileira; teatro; contos afro-brasileiros e modelagem.

15 Para a compreensão de cada um destes aspectos e métodos consultar LIMA (2004), CRUZ (1989).

16 Gordon Willard Allport (1897-1967) nasceu em Indiana, EUA. A Psicologia Social foi definida por Allport como a disciplina científica que tenta entender e explicar como o pensamento, o sentimento e o comportamento dos indivíduos são influenciados pela presença atual, imaginada ou implícita de outras pessoas.

ticas fenotípicas, comuns na noção de raça, o que permitiria seu uso por outros povos em conflitos étnicos, conforme assinala Manoel:

Primeiro, que a gente viu o seguinte, somos negros, somos discriminados, mas ao lado do negro tem outros grupos étnicos que também são discriminados, por exemplo, o índio, o próprio cigano, então a nossa pedagogia não ficou centrada somente na raça negra, não é uma pedagogia, como prega Maulana Karenga lá nos Estados Unidos, afrocentrada ou afrocentrista, a nossa pedagogia é interétnica, pode ser aplicada em qualquer parte do mundo onde haja conflitos entre etnias, quando digo etnias, envolve raça e cultura (Manoel).

Ressaltamos que, no decorrer do livro *Alternativas para combater o racismo...*, não se aprofunda o debate teórico de questões do campo específico da educação, de conceitos como didática, pedagogia, escola, currículo, entre outros. Percebe-se que isto acontece em virtude da reflexão elaborada por outras áreas do conhecimento sobre a educação, parecendo-nos não ser necessário aprofundar tais categorias. Notamos como maior preocupação o caráter de intervenção no processo educativo, já que a PI se apresentou como resposta científica no combate ao racismo dentro desses espaços. Com isso, pretendia-se intervir em todas as esferas do processo educativo, do currículo até a formação de professor. Foi esse caráter de intervenção que levou a PI a buscar outros espaços educativos¹⁷ a fim de afirmar as suas bases teórico-metodológicas, numa conjuntura em que a legislação¹⁸ educacional foi abrindo brechas para a cultura afro-brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de ampliar sua atuação, nos anos 90 (séc. XX), a PI buscou os espaços educacionais para disseminar sua proposta educacional, numa conjuntura que possibilitava exercitar a execução de projetos com recorte racial. Com isso a PI foi implementada na Escola Criativa Olodum (ECO) e na Escola Municipal Alexandrina Nunes Pita.

Na ECO, espaço educacional gerido pelo Grupo Cultural Olodum, que a partir de um projeto mais amplo de debate das relações raciais pretendeu transformar este espaço, antes de caráter informal, em uma escola de ensino regular, esta articulação entre a PI e o Grupo Cultural Olodum contribuiu para evidenciar, dentro da ECO, a preocupação em valorizar a cultura como elemento dinamizador dos povos oprimidos, ao possibilitar os seus professores e alunos conhecimentos sobre os estudos de línguas, como o ioruba e o tupi-guarani, e no exercício de outras práticas culturais, na perspectiva de avançar na prática pedagógica e curricular. A Escola Criativa Olodum, no entanto, não teve possibilidades de se manter como escola oficial de caráter diferenciado, encerrando suas atividades formais quatro anos depois, em face da dificuldade de oficialização por parte do estado da Bahia.

17 Aqui se refere à implementação da PI na Escola Criativa Olodum e na Escola Municipal Alexandrina Nunes Pita, ambas em 1993, que pode ser vista em LIMA (2004).

18 Como exemplos: a Lei nº 374/91, de 19 de maio de 1993, em Salvador que “Institui a criação de curso preparatório para o corpo docente [...] visando à implantação de disciplinas ou conteúdos programáticos no currículo da referida rede, baseados na cultura e na história do negro e do índio, de acordo com a pedagogia interétnica e dá outras providências”; a Lei Municipal nº 2.387, de 21 de novembro de 1991, em Santa Cruz do Sul/RS, que “Institui o estudo da Cultura Negra nos currículos das escolas municipais de Santa Cruz do Sul e dá outras providências”; a Lei nº 4446/94, em Florianópolis/SC, que “Institui a inclusão do conteúdo “História Afro-brasileira” nos currículos das escolas municipais de Florianópolis e dá outras providências, entre outras.

Na escola municipal Alexandrina Nunes Pita, tinha-se como perspectiva tornar o projeto mais amplo na rede municipal de Salvador. A experiência de trabalho dentro desta escola conseguiu se impor para além de seus muros, pois, ao trabalhar a temática racial com seus alunos, estabeleceu reflexos também no ambiente familiar. O debate contribuiu para recuperar a família como um dos espaços de constituição da identidade negra e possibilitou a compreensão, para os pais, dos processos sociais que marginalizam a população negra. Apesar de uma relativa repercussão, a experiência nessa escola não teve continuidade em função dos limites impostos pela ação estatal e de uma legislação federal que impunha outro projeto educacional, não valorizando, na nossa avaliação, experiências anteriores que discutiram a história e a cultura afro-brasileira.

Com isso, podemos considerar que a realização dessa proposta educacional não alcançou pleno êxito, no que se refere à continuidade de sua implantação, inclusive junto a outras organizações do MN baiano, em função da estratégia acadêmica empreendida pelo NCAB como afirmadora de sua identidade organizativa, assim como, pelo momento histórico, a ausência de uma mobilização de outros setores sociais e populares que permitisse a PI tornar-se uma política pública para o conjunto do sistema educacional em Salvador. Consideramos, entretanto, que a criação e a existência desta proposta e o seu processo de aplicação nos espaços educacionais impulsionaram a abertura de uma educação que incorporasse os valores culturais e históricos de origem africana no Brasil. Ao mesmo tempo, possibilitou dar aporte para o MN desenvolver na sua trajetória outras propostas educativas, pois a PI se mostrou como uma proposta ousada e até avançada em seu tempo, haja vista seu caráter de integralidade do ser humano a partir das diversas áreas do conhecimento.

Embora o diálogo entre o MN e o Estado seja pautado por um apoio limitado dos governos às propostas de intervenção que debatem a realidade racial, experiências como a que mostramos influenciaram para a efetivação de legislações, como foi o caso da LDB, que, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, apesar de seus limites e críticas, trouxe a preocupação com a diversidade étnico-racial que, de certa forma, interage com a proposta da PI, e, mais recentemente, a lei n 10.639, que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficial e particular.

Percebe-se que a PI pode ser um dos importantes diálogos com esta legislação, pois analisa, critica e propõe ações educativas para o enfrentamento do racismo e as discriminações, a partir do estudo e da investigação dos processos que levam à desvalorização da cultura de matriz africana, bem como indica a utilização de métodos e procedimentos que contribuam na revisão crítica da historiografia do negro brasileiro.

Para a história da Educação, esta proposta pedagógica, apesar dos seus 30 anos de existência, trouxe contribuições no debate sobre a democratização da educação, ao colocar em foco o debate das relações raciais no país, que necessita ser melhor conhecida, como um instrumento de socialização do conhecimento e promoção da cidadania aos educadores que sempre tiveram seus olhares para educação popular.

Enfim, a PI traz como contribuição para os sistemas de ensino vigente o debate da importância da interdisciplinaridade para o entendimento da educação como parte dos processos sociais, políticos e culturais onde está inserida, como também propõe elementos para a elaboração de um currículo baseado nos valores dos grupos oprimidos, não apenas enquanto denúncia, já que buscou mudanças de posturas a partir do campo educacional, assim como para superar a crença de que a questão racial se limita apenas ao MN e aos estudiosos do tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACELAR, Jéferson: Mario Gusmão: *um príncipe negro na terra dos dragões da maldade*. Tese de Doutorado, Pós-Graduação Ciências Sociais. Salvador, UFBA, 2003.
- BARCELOS, Luiz Cláudio: Mobilização racial no Brasil: uma revisão crítica. *Afro-Ásia*, nº 25-26, Salvador, CEAO/FFCH, 1996.
- CARDOSO, Marcos: *Movimento Negro em Belo Horizonte (1978-1998)*. Belo Horizonte: Mazza, 2002.
- DOIMO, Ana M.: *A vez e a voz do povo: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ANPOCS, 1995.
- CRUZ, Manoel de Almeida: *Alternativas para combater o racismo: um estudo sobre o preconceito racial e o racismo. Uma proposta de intervenção científica para eliminá-los*. Salvador, 1989.
- CUNHA JÚNIOR, Henrique: Pesquisas educacionais em temas de interesse dos afrodescendentes. In: LIMA, I. C. (org.): *Os negros e a escola brasileira*. nº 6, Florianópolis: NEN, 1999.
- GONÇALVES, Luiz A. O.: Negros e educação no Brasil. In: LOPES, Eliane M. Teixeira (et al.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- GOMES, Nilma Lino: A contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro. In: SILVA, Petronilha B. G.; BARBOSA, Lucia M. de Assunção (org.). *O pensamento negro em educação no Brasil: expressões do Movimento Negro*. São Paulo: Ufscar, 1997.
- LEITE, Correia: *E disse o velho militante*. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- LIMA, Ivan Costa: *Uma proposta pedagógica do Movimento Negro no Brasil: Pedagogia Interétnica, uma ação de combate ao racismo*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, UFSC, 2004.
- LOPES, Maria José, (1997): Pedagogia multirracial. In: LIMA, Ivan Costa (org.): *As idéias racistas, os negros e a educação*. Florianópolis/NEN, nº 1, Série Pensamento Negro em Educação.
- MCLAREN, Peter: *Utopias provisórias: as pedagogias críticas num cenário pós-colonial*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.
- MENEZES, Jaci M. Ferraz: *Educação e identidade negra*. Salvador: UFBA, 2003 (Relatório de Pesquisa – mimeo).
- MNU, (1988): *1978-1988: 10 anos de luta contra o racismo: Movimento Negro Unificado*. São Paulo: Confraria do Livro.
- PASSOS, Joana Célia dos: Discutindo as relações raciais na estrutura escolar e construindo uma pedagogia multirracial e popular. In: NEN: *Multiculturalismo e a pedagogia multirracial e popular*. Florianópolis/NEN, nº 8, 2002, Série Pensamento Negro em Educação.
- PEREIRA, Edmilson de A.; WHITE, Steven F.: *Brasil: panorama de interações e conflitos numa sociedade multicultural*. Afro-Ásia. Salvador, EDUFBA/Ceao, nº 25-26, 2001.
- ROMÃO, Jeruse: Há o tema do negro e há a vida do negro: educação pública, popular e afro-brasileira. In: LIMA, Ivan C. (org.). *Educação popular afro-brasileira*. Florianópolis/NEN, nº 5, 1999 (Série Pensamento Negro em Educação).
- SILVA, Jonatas C. da: História de lutas negras: memórias do surgimento do Movimento Negro na Bahia. In: REIS, JOÃO JOSÉ (org.): *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1988.
- VIANA, Elizabeth; GOMES, Flávio: Personagens, história intelectual e relações raciais no Brasil: notas sobre pesquisas biográficas. In: BARBOSA, Lucia M. de Assunção (et. al.): *Trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil: de preto a afro-descendente*. São Paulo: Edusfcar, 2003.

RESUMEN

Con este trabajo se busca rescatar el proceso de constitución de la Pedagogía Interétnica (PI), desarrollada por una organización del movimiento social negro, llamada Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (NCAB), constituido en la década del 70 del siglo XX, en la ciudad de Salvador, Bahía. El estudio tiene como propósito discutir los procesos políticos y sociales que llevaron a la construcción del PI. Además busca identificar los presupuestos que habían dirigido la estructuración de esta oferta pedagógica.

Palabras clave: Movimento Negro; negro y educación; relaciones raciales y educación.